

OUTUBRO REBELDE: eleições e protestos na América Latina.

Claudia Wasserman ¹

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar os protestos ocorridos em alguns países da América Latina e do Caribe por volta do mês de outubro de 2019, relacionando-os tanto com a reassunção de governos conservadores quanto com os processos de alternância eleitoral entre governos neoliberais e de esquerda ou centro-esquerda nos últimos anos do século XX e início do século XXI.

Palavras-chave: Protestos na América Latina, Neoliberalismo, Esquerdas na América Latina

REBEL OCTOBER: elections and protests in Latin America.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the protests that occurred in some Latin American and Caribbean countries around October 2019 by relating them either to the resumption of conservative governments and the processes of electoral alternation between neoliberal and leftist or center-left governments in the last years of the XX century and early XXI.

Keywords: Latin American protests, Neoliberalism, Latin American left.

Artigo recebido em: 04/01/2020

Artigo aprovado para publicação em: 20/04/2020

Introdução

Em outubro de 2019, assistimos a protestos no Equador, Chile, Bolívia, Brasil, Argentina, Colômbia, Honduras e Haiti, resultando em um processo que vem sendo

¹ Doutora em História Social, Professora Titular do Departamento de História da UFRGS, Pesquisa atual – Historiografia Latino-americanista. Pesquisadora do CNPq. Email – claudia.wasserman@ufrgs.br.

chamado de “outubro rebelde”. São manifestações contra os governantes conservadores que chegaram ao poder nos últimos anos ou que recentemente o usurparam. A despeito das manifestações ensejarem demandas pontuais – contra o fim de subsídios, o aumento de tarifas do transporte público, mudanças nos sistemas de saúde e no financiamento da educação etc. – os protestos se colocam contra graves retrocessos nos direitos civis e sociais da maior parte da população nos países da América Latina. Os protestos são recebidos com descaso por governos que não respeitam a população, agem com pouca empatia em relação a questões sociais, ecológicas e identitárias, o que aumenta a tensão nas zonas de conflito.

Ao mesmo tempo, eleições presidenciais agitam alguns países da região. Eleições que derrotaram políticos liberais foram questionados e resultaram em processos de *impeachment*, golpe ou renúncia, tal como ocorreu no Brasil ², na Venezuela ³ e na Bolívia ⁴. Na Argentina, a derrota de Mauricio Macri e a vitória do peronista Alberto Fernández, com Cristina Kirchner como vice-presidente, foram processos razoavelmente pacíficos. No Uruguai, as expectativas da esquerda de permanecer no poder foram frustradas pela derrota da Frente Ampla e pela vitória de Lacalle Pou, do Partido Nacional, representante da direita uruguaia e que promete enxugamento de gastos e reforço da polícia e das forças

² Em 2011, Dilma Rousseff foi eleita para um segundo mandato com 51,64 % de votos válidos. Inconformados com a derrota, os opositores fizeram de tudo para desestabilizar o governo até chegarem na acusação de crime de responsabilidade por “pedaladas fiscais” – forma de financiamento de projetos do executivo, mecanismo usualmente utilizado por outros presidentes, governadores e prefeitos. Dilma acabou sendo derrubada por um golpe parlamentar, em agosto de 2016, travestido do mecanismo legal do *impeachment*.

³ Nicolás Maduro chegou à presidência interina da Venezuela em 2012, após a morte de Hugo Chávez de quem era vice-presidente. Convocadas novas eleições, Maduro candidatou-se e venceu em 2013. Em maio de 2018, Nicolás Maduro foi eleito presidente da Venezuela para um segundo mandato de seis anos com 67,8% dos votos. Essa eleição não foi aceita pela oposição e Juan Guaidó, então presidente da Assembleia Nacional, autoproclamou-se presidente da Venezuela, em janeiro de 2019, o que mantém o país dividido e tensionado.

⁴ Evo Morales foi eleito em outubro de 2019 com 47,07% dos votos contra 36,51% do seu concorrente Carlos Mesa e, por ter mais de 10% de diferença entre os dois, foi declarado presidente de acordo com as regras eleitorais do país. Esse seria o quarto mandato de Evo Morales (2006, 2009 e 2014). Depois de denúncias de fraude nas eleições e do país ser tomado por convulsão social promovida entre acusadores e apoiadores do presidente, Morales renunciou ao cargo no dia 10 de novembro e partiu para o exílio no México para, segundo ele, evitar derramamento de sangue no país.

de segurança. O cenário eleitoral é, portanto, desfavorável aos partidos de esquerda e centro-esquerda em praticamente todo o subcontinente latino-americano, onde há poucos anos tais organizações detinham o poder.

O objetivo deste artigo é analisar os protestos recentes, ocorridos predominantemente em outubro de 2019, em alguns países da América Latina, no contexto das frustrações que tiveram origem na derrocada das esquerdas, do cancelamento de políticas públicas inclusivas e da retomada dos ajustes neoliberais que tanto prejudicam os mais pobres povos latino-americanos ⁵.

Alternância no poder: liberais e nacionalistas

Apesar das diferenças de calendário eleitoral nos países da região, observa-se, desde os anos 1940/50, uma alternância entre governos liberais e governos nacionalistas em quase toda a América Latina ⁶. Acercando-se da atualidade, temos, nos anos 1990, o

⁵ Esse artigo é resultado de uma reflexão mais alentada que partiu de um pequeno comentário meu publicado no Jornal da Universidade (UFRGS) em janeiro de 2020, edição 229, ver <https://www.ufrgs.br/jornal/protestos-na-america-latina/>. Como se trata de um assunto de história imediata, as fontes são predominantemente decretos de políticas econômicas e práticas políticas dos governos da região, fontes jornalísticas sobre as manifestações e a repressão aos protestos e manifestos políticos dos protestos em andamento. Para uma visão de longa duração da história das esquerdas e dos protestos na América Latina e uma reflexão que articula os atuais protestos aos movimentos sociais na América Latina, ver WASSERMAN, Claudia. *Social Movements in Latin America: From the Nineteenth to the Twenty-First Century. The History of Social Movements in Global Perspective*. 1ed.Londres: Palgrave Macmillan UK, 2017, v. 1, p. 115-143.

⁶ As diferenças entre governantes liberais e nacionalistas está bastante explicitada na América Latina e teve sua estreia nos anos 1930 com as divergências em torno dos impulsos à industrialização. Não se trata de uma polarização entre esquerda e direita ou de governos conservadores ou progressistas. Diz respeito, isso sim, ao projeto político relativo ao papel do Estado na economia, melhor dizendo, seus proponentes discordavam quanto aos agentes do desenvolvimento econômico (Estado X Mercado). Essa dicotomia evoluiu após os anos 1970 para uma polarização entre os defensores de políticas públicas de apoio às populações precarizadas e os defensores da flexibilização das leis que protegiam essas populações. Nos anos 1940/50 predominaram na América Latina governantes nacionalistas, tais como Getúlio Vargas e João Goulart no Brasil, Juan Domingos Perón, na Argentina, Lazaro Cárdenas, no México, Victor Paz Estensoro, na Bolívia e Jacobo Arbenz, na Guatemala. Não significa que esses governantes fossem mais ou menos conservadores, voltados ao espectro da esquerda ou da direita. Apenas tinham projetos de desenvolvimento econômico nacionalista, contudo, com o advento da Guerra Fria, tais governantes nacionalistas foram

predomínio de governantes favoráveis aos apelos por ajustes e arrocho do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), notoriamente partidários das teses neoliberais. Governantes de todos os matizes políticos, tais como Sanchez de Lozada, Fernando Collor/Fernando Henrique Cardoso, Carlos Menen, Carlos Salinas de Gotari, Alberto Fujimori, Carlos Andrés Perez, Patricio Alwyn, José María Sanguinetti, entre outros, buscaram diminuir o papel do Estado por meio de privatizações e da concessão de exploração de serviços essenciais, desregulamentação das leis do trabalho, precarização das condições de trabalho, entre outras medidas pautadas na oposição às experiências históricas de planejamento econômico, como o Estado de Bem-estar social, experiência de alguns países europeus, ou o socialismo real, países da Cortina de Ferro. Esses governos, entretanto, fracassaram ao executar tais políticas de ajustes, que, por um lado, não fortaleceram, mas antes enfraqueceram a economia desses países e tanto prejudicaram os mais pobres (ver ANDERSON, 1995 e ARCEO & BASUALDO, 2006).

Simultaneamente ao relativo fracasso das medidas neoliberais ⁷, os partidos de esquerda e os movimentos sociais latino-americanos, muitos dos quais dilacerados pelas ditaduras de Segurança Nacional, se reorganizaram e passaram a liderar protestos contra o neoliberalismo. Movimentos sociais como o Caracazo (1989), o Neozapatismo (1994),

identificados com o anti-imperialismo e, portanto, com tendências esquerdistas. Além disso, os Partidos Comunistas de tendência soviética foram instados a realizar alianças estratégicas com a então chamada burguesia nacionalista e a apoiar projetos dessa natureza. Todos os governantes acima mencionados tiveram apoio mais ou menos discreto dos partidos comunistas em seus respectivos países. Por isso, foram derrubados e substituídos por governantes liberais e conservadores, até mesmo regressistas, representados pelas ditaduras militares. Nos anos 1980, assistimos aos processos de redemocratização na maior parte do subcontinente, o que trouxe de volta, em alguns poucos países, a possibilidade de reedição das tendências nacional-desenvolvimentistas. Reeditou-se assim a polarização entre o nacional-desenvolvimentismo (políticas públicas para regular a economia) e, rebatizado o outro lado, o neoliberalismo, representado por aqueles que preconizavam a regulação da economia pelas oscilações do mercado (oferta e demanda). Esses dois projetos de desenvolvimento dos países da América Latina enfrentam-se até hoje nos países da região.

⁷ Ainda que as medidas neoliberais no Brasil (Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso), Argentina (Carlos Menen), Peru (Alberto Fugimori), Venezuela (Carlos Andrés Perez), Bolívia (Salinas de Gotari) tenham privatizado empresas públicas, permitido a desregulamentação de serviços essenciais e flexibilizado as leis que protegiam os trabalhadores, o insucesso relativo foi definido pela derrota política dos sucessores desses governantes e ascensão de políticos de esquerda e favoráveis à retomada de políticas públicas de proteção às populações carentes e ao papel de regulação do Estado na economia dos países da região.

os Piqueteros (1996), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc), entre outros, foram fundamentais para expor os efeitos nocivos das políticas econômicas neoliberais e ajudaram a projetar lideranças de esquerda e consolidar projetos contrários ao arrocho. O século XXI foi inaugurado com a vitória desses movimentos e partidos com a eleição de governantes de esquerda ou centro-esquerda, tais como, Lula/Dilma; Nestor/Cristina; Michelle Bachelet, Rafael Corrêa, Evo Morales, Hugo Chávez, Manuel Zelaya, José Mujica, Fernando Lugo, Ollanta Humala, entre outros.

Com diferenças importantes entre eles, os governantes de esquerda e centro-esquerda defenderam o patrimônio público nacional, evitando e até revertendo processos de privatização, implementaram políticas públicas para diminuir a pobreza e a desigualdade na região, conduziram propostas de integração e solidariedade entre os países da América Latina e os demais países periféricos e tiveram sensibilidade para a questão ambiental, a diversidade, direitos civis, políticos e identitários. Algumas dessas experiências foram mais profundas, tais como na Venezuela (1999), Bolívia (2006) e Equador (2009), e produziram transformações institucionais, com a promulgação de cartas constitucionais horizontais e populares ⁸.

Mesmo assim, esses governos de esquerda ou centro-esquerda foram, após alguns anos no poder, derrotados nas urnas ou derrubados por golpes parlamentares (Dilma Rousseff, Manuel Zelaya e Fernando Lugo). Associada à ascensão de governos conservadores no resto do mundo, notadamente nos Estados Unidos com Donald Trump, a reassunção de governos conservadores foi resultado de causas múltiplas, a depender de cada caso: a ausência de um projeto de longo prazo, manutenção dos mesmos mecanismos

⁸ As três Constituições, da Venezuela, do Equador e da Bolívia fazem parte do chamado “novo constitucionalismo latino-americano” (ver SOUZA, 2016). “Alguns países da América do Sul vem passando por um profundo processo de alteração de suas constituições. O novo modelo é fruto de reivindicações sociais de parcelas historicamente excluídas do processo decisório nesses países, notadamente a população indígena. Esse movimento – que culminou na promulgação das constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) – tem sido chamado por alguns estudiosos de ‘novo constitucionalismo latino-americano’.” (Alves, M. V. 2012, p. 139-140). De modo geral, as constituições que emergiram de processos populares, tais como os três casos mencionados, trouxeram para o centro da institucionalidade a soberania popular.

de poder que eram antes usados pelos governos conservadores e/ou neoliberais, continuidade de mecanismos de corrupção política, relacionamento pouco republicano com empresas privadas, incapacidade de reversão da crise econômica, fragilidade das instituições democráticas, personalismos e autoritarismos que afloraram a partir das tentativas de golpe de estado, entre outras causas.

Mesmo reconhecendo essas fragilidades e incapacidades da esquerda subcontinental no poder no início do século XXI, o germe principal do fracasso foi o revanchismo e a inconformidade das elites políticas conservadoras em relação ao compromisso dos governos progressistas nos processos de inclusão social, econômica e aumento de direitos políticos e civis de populações antes invisibilizadas. Os governantes de esquerda e centro-esquerda que assumiram o poder no início do século XXI em alguns países da América Latina e do Caribe levaram o processo democrático para além dos limites puramente eleitorais. O reconhecimento dos direitos à reparação de danos e crimes cometidos pelas ditaduras e contra populações indígenas e africanas, a implantação de políticas públicas voltadas às populações menos favorecidas, a imposição de limites nos lucros das empresas, do capital financeiro e dos bancos, foram golpes severos para uma elite francamente antidemocrática, racista e preconceituosa.

Os Estados Unidos e a nova intervenção na América Latina

No atual contexto de governos conservadores e neoliberais associados às políticas de arrocho e à repressão violenta aos protestos, também estão em jogo as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Praticamente todos os países em ebulição são produtores de recursos naturais altamente valorizados no mercado internacional. A agenda dos Estados Unidos para a América Latina – sobretudo para os países exportadores de petróleo, gás e outros recursos naturais de alto valor no mercado internacional – se concentra na defesa dos interesses econômicos do imperialismo e na promoção de reformas neoliberais, que permitem acesso facilitado aos recursos. Por isso,

os Estados Unidos apoiam governos latino-americanos que se comprometem com o conservadorismo de extrema-direita, harmonizados com as medidas neoliberais. O próprio presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e agentes políticos como Steve Bannon exercem papel importante nessas relações, suplantando e somando-se às práticas políticas, econômicas e militares que ensejaram as Doutrina do Destino Manifesto, Doutrina Monroe, *Big Stick*, Doutrina Truman, Corolário Roosevelt, Diplomacia do Dólar, dentre outros postulados que possam ter regido as relações até o presente ⁹. O novo postulado envolve uma guerra econômica de grande profundidade “em todas as suas dimensões, as sabotagens, as operações de inteligência sobre os mandos militar ... diante de processos populares que não se subordinam ao império” (Dossiê n. 22, *The Tricontinental*).

Nesse caso, uma das novidades é o uso de redes sociais e das “*Fake News*” com objetivo de interferir em processos eleitorais ou desestabilizar adversários, permitindo a ascensão de governos profascistas alinhados aos interesses norte-americanos. A ultradireita se aproveita dos ressentimentos e frustrações com o sistema político como um todo e se apresenta como anti-*establishment* para ocupar um vazio político deixado pela desconfiança generalizada nas instituições, orientados por experientes milícias digitais anônimas, tudo conduzido por Bannon e seus seguidores.

A nova interferência dos Estados Unidos está evidenciada pela afirmação da ideologia conservadora, religiosa, retrógrada, anti-intelectual e autoritária, corroborada

⁹ As relações entre Estados Unidos e América Latina têm uma história regulada por princípios que nem sempre foram explicitados em um único documento, mas compuseram doutrinas, corolários e postulados que orientaram ações políticas, econômicas, militares, entre outras. Esses princípios que orientaram as ações sempre estiveram relacionados à conjuntura internacional. Por exemplo, a “Política de Boa Vizinhança”, formulada durante o governo Roosevelt, visava apagar as marcas do “*Big Stick*” que havia regido as relações intervencionistas entre o império e a região subcontinental até então e estabelecer uma relação amigável com governos democráticos que emergiam na América Latina na década de 1930. A situação atual envolve o apoio aos governos ultraconservadores e intervenção através de mídias sociais que em outras épocas não existiam. Para mais informações sobre as relações entre os Estados Unidos e América Latina ver TULCHIN, Joseph S. *América Latina X Estados Unidos. Uma relação turbulenta*: Editora Contexto, 2016.

pelas declarações públicas de altos escalões do governo Trump em apoio aos governantes conservadores da América Latina, pelo apoio prestado pelo próprio presidente norte-americano em telefonemas aos congêneres latino-americanos, tais como Lenín Moreno, Salvador Piñera, Jovenel Moïse, e pela aproximação que os governantes conservadores, como Jair Bolsonaro e Maurício Macri, tentam em relação aos Estados Unidos. Além disso, alguns países, como Honduras, recebem apoio explícito de Donald Trump, que tem em Juan Orlando Hernández um aliado fiel contra a migração ilegal para os Estados Unidos. Para restaurar a cooperação militar com os Estados Unidos, o governo de Honduras assinou tratado que permite a deportação de requerentes de asilo. Há evidências, portanto, que enquanto o governo hondurenho continuar criminalizando os imigrantes, Trump continuará apoiando Juan Orlando Hernández.

Há, nas declarações desses políticos conservadores, o indício da reinvenção de inimigos internos – minorias que lutam por reconhecimento de direitos, entre os quais ambientalistas, população LGBTQ+, que lutam pela liberdade de gênero, pelo reconhecimento dos direitos das populações indígenas, que lutam contra o racismo e contra o preconceito de classe social – e externos – Rússia, China, Cuba, Venezuela e refugiados – todos supostamente capazes de destruir a família tradicional, a religião e os bons costumes da sociedade. As novas estratégias dos Estados Unidos, diante de um cenário de desaceleração de sua economia, incluem uma renovada subordinação dos países da América Latina por meio da militarização e do fortalecimento da repressão policial, além de bloqueios econômicos e processos de desestabilização internos com a participação da grande mídia tradicional. A ofensiva autoritária e conservadora inclui a colaboração dos grandes meios de comunicação, cuja regulamentação e controle foi experimentado ou somente aventado pelos governos de esquerda da região ¹⁰.

¹⁰ Em 2011, o Partido dos Trabalhadores, no 4º Congresso Extraordinário, realizado em Brasília, votou a favor de um projeto de controle e regulamentação da grande imprensa. A presidenta Dilma Rousseff foi contra a proposta. O ex-presidente Lula também tinha posição ambivalente em relação ao tema, aventado por ele desde 2004, mas sem ir adiante. A Lei de Meios foi aprovada na Argentina em 2009 pela presidente Cristina Kirchner e definia o fim do monopólio de meios de comunicação por grandes conglomerados privados, tornando os meios de comunicação bens públicos a serem concedidos por prazo definido e com

Os dirigentes conservadores latino-americanos, apoiados na grande mídia e nos Estados Unidos, – entre os quais se destacam Jair Bolsonaro, Mauricio Macri, Sebastián Piñera, Jimmy Morales, Juan Orlando Hernandez, Pedro Pablo Kuczynski, Lenín Moreno e outros – são, além de conservadores, regressistas e autoritários. Pretendem completar os ajustes neoliberais não implementados nos anos 1990, cancelar a melhoria das condições de vida dos mais pobres e não se afligem em aprofundar as desigualdades sociais. As atitudes e manifestações recentes desses políticos são uma afronta ao Estado democrático de direito, à democracia e às classes populares e setores médios desses países. Enquanto as estações de metrô estavam sendo incendiadas, o presidente do Chile, Sebastián Piñera, jantava em um restaurante elegante de Santiago. A falta de sensibilidade, o descaso e o desrespeito do supremo governante do país foram evidenciados quando qualificou os manifestantes de “delinquentes” e sugeriu serem indolentes: "levante-se mais cedo para não pagar passagem mais cara", ou desqualificados para protestar: "crianças em idade escolar não têm motivos para protestar". No mesmo sentido, o presidente Jair Bolsonaro em viagem na China, disse que as tropas brasileiras precisavam estar preparadas para realizar a manutenção da lei e da ordem no Brasil. "Praticamente todos os países da América do Sul tiveram problemas. O do Chile foi gravíssimo. Aquilo não é manifestação, nem reivindicação. Aquilo são atos terroristas", afirmou Bolsonaro. "Tenho conversado com a Defesa nesse sentido. A tropa tem que estar preparada porque ao ser acionada por um dos três Poderes, de acordo com o artigo 142, estar em condições de fazer manutenção da lei e da ordem". Desmerecer os manifestantes e reprimir com violência tornou-se praxe do discurso e na prática conservadora contra os protestos. A

condições determinadas por lei. A Lei foi motivo de uma batalha jurídica entre o governo e o grupo Clarín que domina os meios de comunicação no país. Na Venezuela foi promulgada em 2000 a *Ley orgánica de Telecomunicaciones*, que limita o prazo das concessões em 15 anos, prevendo as condições para sua aprovação. Além disso, a Constituição venezuelana também tem artigos específicos para regulamentação das telecomunicações. Na Bolívia, a lei promulgada pelo presidente em 2011 limita e regulamenta o setor: Lei Geral de Telecomunicações, tecnologias de informação e Comunicação.

violência policial e militar tem sido a resposta às manifestações, com prisões arbitrárias, centenas de feridos e dezenas de mortos.

Um novo tipo de protesto

Os protestos, por sua vez, são semelhantes àqueles que produziram a chamada “Primavera Árabe”, mas não são resultado da convocação de políticos de oposição ou de sindicatos organizados. Tratam-se de grandes multidões mobilizadas por redes sociais que se reúnem para protestar sobre um ou mais aspectos pontuais do cotidiano – aumento das passagens de transporte coletivo, aumento de combustível, desemprego, privatização de serviços de saúde e educação, rejeição a anúncios de cortes orçamentários em políticas públicas essenciais, fim de subsídios. Nenhuma força política específica está liderando ou dirigindo os protestos. Por isso, ainda que, por vezes, as manifestações produzam o recuo dos governos da região em alguma reivindicação (restaurar preço passagens transporte público, rever preço dos combustíveis, descongelar recursos da educação, revogar decretos de privatização de serviços essenciais), não há garantia de que as manifestações cessem, visto que são diferentes atores, com reivindicações distintas e sem liderança para negociar o fim dos protestos.

A ausência de pauta comum e de lideranças identificáveis entre os manifestantes se combina à desconfiança generalizada na classe política e críticas à eficácia dos partidos e das eleições. Todos esses fatores combinados e a miscelânea de interesses presentes nos protestos enfraquecem os propósitos da luta contra as medidas de arrocho neoliberais, voltadas contra os mais pobres, a classe trabalhadora e a classe média.

A despeito das novas características dos protestos atuais, tais como ausência de pautas comuns, falta de lideranças, desconfiança de partidos políticos e aparecimento de

grupos estranhos aos protestos ¹¹, as manifestações recebem a presença significativa dos povos indígenas. Tal presença faz sobressair questões que antes permaneciam encobertas nos protestos anti-sistêmicos. Desde a eclosão do movimento de Chiapas no México, em 1994, grandes contingentes de indígenas, organizados em associações colocam temas ambientais, territoriais e identitários.

Os protestos protagonizados pelos povos indígenas predominam a partir da organização de suas entidades, tais como Associação do Povo Guarani (APG) e a organização de povos Quéchuas e Aymaras, entre outros, na Bolívia, onde foi constituído o primeiro Estado Plurinacional da América Latina e organizado o Ministério das Autonomias. O processo de aquisição de autonomia e de reconstrução da dignidade dos povos indígenas na Bolívia não foi sem custo ou sofrimento. As sucessivas vitórias eleitorais de Evo Morales desde 2006 foram contestadas pela direita, devido às reformas por ele implementadas no país, entre os quais a reforma agrária e a nacionalização de pontos estratégicos da economia. A renúncia de Morales ao cargo de presidente depois da violenta crise aberta após o resultado do pleito de 2019 fez brotar um sentimento de revolta entre os seus seguidores, ainda mais contundente porque o adversário de Evo Morales, Carlos Mesa já havia sido vice-presidente no governo neoliberal de Sánchez de Lozada, o mesmo que pretendeu privatizar o gás boliviano e foi derrubado nas chamadas “Guerra do Gás” e “Guerra da Água” ¹². Mesa assumiu a presidência durante 5 meses entre 2004 e 2005, mas não aguentou a pressão das manifestações contra as medidas neoliberais e também renunciou. Desde o primeiro turno das eleições de 2019, entre 20 de outubro e o final de novembro, os conflitos entre os críticos e os defensores de Evo Morales se avolumaram. Houve confrontos em Sucre, Oruro, Cochabamba e La Paz, dentre outras cidades. Morales qualificou os atos como um golpe, decretou estado de

¹¹ Tal como nos protestos de junho de 2013 no Brasil, algumas manifestações sociais antineoliberais são “contaminadas” pela presença de grupos conservadores, violentos, que acabam confundindo e subvertendo os propósitos iniciais dos protestos.

¹² Para mais detalhes sobre as Guerras do Gás e da Água, ver WASSERMAN, Claudia. Bolívia: História e Identidade. Uma abordagem sobre a Cultura e a Sociedade contemporâneas. In: Heloisa Vilhena de Araujo. (Org.). Os Países da Comunidade Andina. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004, v. 1, p. 317-342.

emergência e renunciou em 10 de novembro após pressão do comando das Forças Armadas. A polícia e parte do exército agem com extrema violência, deixando um saldo até o momento de centenas de feridos, presos e ao menos 23 mortos. Morales está exilado no México e o golpe de Estado se consumou com a autodeclaração da senadora Jeanine Añez como presidenta da Bolívia.

No Equador, o movimento indígena se organizou por meio da criação em 1986 da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). A resistência indígena no país, marcado pelo racismo, existe desde a Conquista Espanhola. Ao longo do século XX, a questão da terra – sobretudo nas regiões onde a etnia está relacionada a um território claramente demarcado, como é o caso da Região Amazônica – adquiriu feições de um conflito étnico. Desde 1970 foram criadas diferentes confederações¹³ para representar os povos indígenas e a CONAIE surgiu como decorrência de tais iniciativas, em um contexto marcado pela aplicação do modelo neoliberal no Equador. De março de 1983, quando foi realizada a primeira greve nacional contra os ajustes neoliberais, até o levante indígena-militar que derrubou o presidente Lúcio Gutiérrez em 2005, o movimento conseguiu deflagrar 22 greves, 5 levantes nacionais e derrubou outros dois presidentes, Abdala Bucarám, em 1997, e Jamil Mahuad, em 2000. Essas estratégias geraram uma série de mudanças. Em 1988, foi estabelecido um convênio entre o Ministério da Educação e a CONAIE para execução do programa de Educação Intercultural Bilíngüe. Em 1994, a CONAIE se mobilizou para modificar a Lei de Reforma Agrária, buscando garantir os direitos das comunidades. Em 1996, constituiu o *Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik – Novo País*, apresentando-se para as eleições daquele ano com algumas vitórias em nível local. A reversão dos programas sociais, da autonomia e dos direitos dos povos indígenas e mais as reformas econômicas

¹³ Em 1972, foi criada a ECUARUNARI (Confederação de Povos da Nacionalidade Quichua do Equador, na região da Serra) e em 1980 a CONFENIAE (Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana).

exigidas pelo FMI e lideradas pelo novo presidente, Lenín Moreno, fizeram reacender a chama das manifestações de rua no Equador. Apesar de ter ocupado o cargo de vice-presidente de Correa, Moreno era um infiltrado. Assim que assumiu o poder, começou a articular com o sistema financeiro equatoriano e com os Estados Unidos. Por isso, depois que o presidente anunciou o fim de um subsídio aos combustíveis que já durava 40 anos, causando um aumento de até 123% nos preços, atendendo a parte de um pacote de ajustes para cumprir metas acertadas com o FMI, o país enfrentou durante o mês de outubro de 2019 11 dias de violentos protestos e estradas bloqueadas. Lenín Moreno decretou estado de exceção e transferiu a capital para Guayaquil. A repressão deixou um saldo de sete mortos, 1.340 feridos e 1.152 presos. Enquanto isso, o ex-presidente Rafael Correa encontra-se exilado na Bélgica e várias lideranças de esquerda estão presas.

Honduras enfrenta uma crise semelhante ao Equador, associado à pobreza crônica e à presença de gangues. Após o golpe militar sofrido por Manoel Zelaya (2006-2009), sucessivos governantes, apoiados pelos Estados Unidos, promoveram o cancelamento de políticas públicas que beneficiavam os mais pobres. O atual presidente, Juan Orlando Hernández, eleito em 2017 para um segundo período, privatizou o sistema de saúde e educação do país e ainda enfrenta acusações de corrupção. Os protestos reúnem classes populares, médicos, professores, caminhoneiros e policiais. A repressão aos manifestantes deixou um saldo de cerca de 30 mortos e centenas de detidos. Milhares de hondurenhos saíram às ruas da capital exigindo a renúncia do presidente Juan Orlando Hernández, por denúncias que o vinculam ao narcotráfico em um julgamento contra seu irmão mais novo em Nova Iorque. Os protestos incluíram bloqueios de estradas, tomadas de avenidas com uma alta participação de jovens e setores estudantis.

No Haiti, os protestos são contra a inflação, o desemprego, a falta de produtos de primeira necessidade, tais como água potável e alimentos. Os manifestantes exigem a renúncia do presidente Jovenel Moïse, apoiado pelos Estados Unidos e acusado, junto ao ex-presidente Michel Martelly, de desviar bilhões de um programa de petróleo subsidiado pela Venezuela – a PetroCaribe – destinados a custear programas sociais no país mais

pobre do continente americano. Além disso, a ajuda internacional recebida pelo país para sua recuperação e seu desenvolvimento econômico depois do terremoto de 2010 foi parar em mãos privadas de políticos corruptos. As manifestações são as maiores que o país já enfrentou, com ampla rejeição aos políticos e desconfiança generalizada com o sistema eleitoral. Sem uma direção ou liderança específica, professores universitários, jovens, trabalhadores, artistas e associações empresariais se uniram para protestar. Em outubro, depois do assassinato de um jornalista acusado pelo governo de incitar os protestos, as manifestações se tornaram mais intensas, com saques, bloqueio de ruas e rodovias, grandes marchas que ensejaram repressão violenta e um saldo de mais de 200 feridos e ao menos 20 mortos.

Ao contrário do Haiti, de Honduras e do Equador, o Chile é um dos países mais desenvolvidos da América Latina, mas enfrenta situação semelhante no que se refere às manifestações contrárias às políticas de ajuste neoliberais. Os protestos contra o governo de Sebastián Piñera começaram depois do aumento de 30 pesos nas passagens de metrô. De estudantes pulando as catracas e derrubando portões, as manifestações evoluíram para incêndios nas estações de trens e ônibus, saques e depredações em várias cidades do país. O governo decretou estado de emergência e toque de recolher, repressão com bombas de gás lacrimogênio, presença ostensiva do exército nas ruas, mais de mil prisões, centenas de feridos e dezenas de mortes, evidenciando o seu caráter autoritário. Houve uso excessivo da força policial em Santiago, Concepción e Valparaíso. Aos manifestantes contrários ao aumento do transporte público uniram-se os estudantes – protestando desde 2006 na chamada “Revolução dos Pinguins”, indignados contra a privatização e o preço do sistema de ensino no país, e uma boa parte da população atingida pela reforma da previdência que tirou direitos constitucionais. O descontentamento é produzido, sobretudo, pelas expectativas geradas na alternância de dois governos antagônicos – um que se preocupava e executava políticas sociais para os mais pobres (Michelle Bachelet) e outro (Sebastián Piñera) que ironiza e não se preocupa com as demandas sociais. Por

isso, a suspensão das medidas impopulares não tem sido suficiente para encerrar os protestos.

Os protestos de novembro na Colômbia, contra as medidas do governo de Iván Duque, são, sobretudo, relacionados ao descumprimento dos acordos de paz com as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), estabelecidos em 2016. Entre as outras demandas estão a ampliação do acesso à educação superior; o fim do Esquadrão Móvel Anti-Distúrbio, melhorias nas políticas de saúde pública, questões ambientais e contra a reforma tributária proposta pelo governo que beneficia apenas as classes abastadas. É uma pauta variada, que se assemelha a dos demais países da região, sendo que todas as reivindicações dizem respeito à crítica às medidas neoliberais. Os atos e marchas atraíram multidões que rejeitam as reformas econômicas propostas pelo governo. A repressão do governo colombiano deixou um saldo até o final de novembro de 4 mortos e 500 feridos.

O resultado dos protestos ocorridos no segundo semestre de 2019 em muitos países da América Latina e Caribe é desalentador. Por um lado, o prejuízo de muitas vidas e centenas de feridos. Por outro lado, poucos avanços no sentido de reverter as políticas de arrocho e quase nenhuma organização para dar continuidade à resistência popular.

A despeito da variedade de situações e das dificuldades em apreender detalhes específicos das manifestações, protestos e conjunturas em cada país mencionado, creio ser útil pensarmos no subcontinente como um todo para compreendermos condições estruturais mais permanentes da região, tanto aquelas do passado, como também as que remetem ao tempo presente. Nos protestos de 2019, a ausência de pautas comuns, a falta de lideranças partidárias ou sindicais, a desconfiança da maioria dos manifestantes em relação aos partidos políticos, a convocação dos protestos pelas redes sociais e a presença de pautas bem particulares são fatores que conduzem a uma reflexão sobre o rumo das esquerdas em todos os países da América Latina, mesmo naqueles onde havia uma organização mais consistente e duradoura. É correto afirmar que estamos diante de uma

encruzilhada na qual os atores políticos deverão se acomodar ou revolucionar suas condutas para compreenderem e acompanharem essa população em luta.

Reorganização das esquerdas e estratégias de longo prazo do conservadorismo –

A análise dessa conjuntura de 2019 no contexto dos governos conservadores, nesse mês que ficou conhecido como “outubro rebelde”, permite antever o surgimento de dois processos simultâneos. De um lado, os protestos, diferentes das manifestações dirigidas por partidos políticos, sindicatos ou movimentos sociais, e conduzidos pela insatisfação em relação aos políticos como um todo. De outro, a repressão violenta, com medidas extremas como prisões em massa, uso excessivo de força e a decretação de estado de emergência e exceção. A violência e o autoritarismo encerram interesses econômicos (acesso às reservas energéticas e às commodities de alto valor) e políticos (interromper definitivamente o ciclo de governos populares que iniciaram o século XXI latino-americano). Os protestos, por outro lado, apontam para uma reorganização da esquerda subcontinental em outros moldes, já que os movimentos sociais e os partidos políticos sofreram enorme desgaste decorrente de suas próprias falhas no poder, mas, sobretudo, foram desacreditados por meio de estratégias sórdidas usados pelos setores conservadores para desabonar essas organizações.

Esses dois ingredientes evidenciam: primeiramente, a esquerda está se reerguendo de forma menos organizada e dirigida, mas não menos eficiente e assustadora para os setores conservadores das sociedades latino-americanas; em segundo lugar, a ‘Onda Azul’, como vem sendo chamada a escalada ultraconservadora desde 2010, veio para ficar, tem um planejamento de longo prazo e apoio internacional e os setores conservadores civis ou militares não hesitam em usar a força, a violência e reeditar o autoritarismo para fazer valer o que reconquistaram: o poder político nos países da região.

Referências Bibliográfica

ALVES, Marina Vitório. Neoconstitucionalismo e novo constitucionalismo latino-americano: características e distinções. Rev. *SJRJ*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 34, p. 133-145, ago. 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo. Los cambios de los sectores dominantes en América Latina bajo el neoliberalismo. In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CALDERÓN, Fernando, JELIN, Elizabeth. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: Perspectivas e realidades. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n° 5, Vol. 2, ANPOCS, 1987.

DESAFIOS PARA OS MOVIMENTOS POPULARES E PARA O PENSAMENTO CRÍTICO Dossiê n°22 (<https://www.thetricontinental.org/pt-pt/dossie/>) In <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/nuestra-america-latina-e-caribenha-entre-a-ofensiva-neoliberal-conservadora-e-as-novas-resistencias/>.

DURHAM, Eunice. Movimentos sociais a construção da cidadania. IN: *Novos estudos da CEBRAP*, n° 10, São Paulo, 1984.

EVERS, Tilman. Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais. IN: *Novos estudos da CEBRAP*, n° 4, Vol. 2, São Paulo, 1984.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 2, vol.1. Out/1986.

LARANJEIRA, Sônia (org.). *Classes sociais e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Hucitec, 1990.

SOUZA, Marcel Soares De. Soberania e participação populares no Novo Constitucionalismo Latino-Americano: uma análise da Constituição venezuelana de 1999. *Revista REBELA*, v.6, n.2. mai./ago. 2016.

TULCHIN, Joseph S. *América Latina X Estados Unidos. Uma relação turbulenta*: Editora Contexto, 2016.

WASSERMAN, Claudia. Bolívia: História e Identidade. Uma abordagem sobre a Cultura e a Sociedade contemporâneas. In: Heloisa Vilhena de Araujo. (Org.). *Os Países da Comunidade Andina*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004, v. 1, p. 317-342.

WASSERMAN, Claudia. Social Movements in Latin America: From the Nineteenth to the Twenty-First Century. *The History of Social Movements in Global Perspective*. 1ed. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2017, v. 1, p. 115-143.

WASSERMAN, Claudia. Protestos na América Latina. *Jornal da UFRGS*, edição 229, 6 de janeiro de 2020. <https://www.ufrgs.br/jornal/protestos-na-america-latina/>.